



**TERMO DE REFERÊNCIA PEDIDO Nº 11/2020**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o processo licitatório, determinando as condições que disciplinarão a aquisição de Compressores de Ar de uso Odontológico para a Atenção Básica, de acordo com as Portarias Federais nº4.127 de 30/12/2017 e nº 3.672 de 22/12/2018.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

- 2.1 A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico, Apêndice "A" do presente termo.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 3.1. Os itens que compõe o objeto da licitação têm a natureza comum, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520/02, c/c inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/19.
- 3.2. Os itens a serem adquiridos possuem especificações conforme Proposta de Preços (Anexo I do edital).
- 3.3. Os respectivos códigos CATMAT dos itens estão discriminados no Apêndice "C" do presente termo.
- 3.4. A contratação objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, terá como tipo o "Menor Preço" e como critério de julgamento o valor do item.

**4. REQUISITOS NECESSÁRIOS (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE)**

- 4.1. Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante fornece/forneceu materiais pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação.
- a) Para atender o disposto acima é necessário que o atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone, e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
- b) No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
- c) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.
- d) Apresentar, preferencialmente, somente os atestados necessários e suficientes para a comprovação da qualificação técnica exigida e, se possível, indicar com marca textos os itens que comprovarão as exigências.
- 4.2. Alvará sanitário expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da Licitante, para exercer atividades de Comercialização e venda dos materiais. No caso do Distrito Federal, a licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais.



- 4.3. Autorização de funcionamento (AFE), da empresa participante do certame, expedida pela Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em plena validade, quando competente ou através de comprovação de sua isenção.
- a) Protocolos não serão aceitos.
  - b) Em caso de pedido de revalidação da AFE efetuado pela licitante dentro do prazo legal (120 dias) antes do término de sua vigência, caso Anvisa não tenha decidido sobre o pedido de revalidação antes do término do prazo da licença, considerar-se –a automaticamente prorrogada até a data da decisão emitindo nova autorização, somente neste caso, o protocolo será aceito, conforme o art. 22 do Decreto nº 74.170 de 10/06/1974.

## **5. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA (CATÁLOGO/FOLDERS/MANUAIS/PLANILHAS)**

- 5.1 As Licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta um catálogo(s) do(s) produto(s) cotado(s), para análise com as especificações descritas no Pedido de Licitação ou Proposta Detalhe, e obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos solicitados, através de documentos, conforme segue:

- I. Documentos que sejam de domínio público** (eletrônico ou impresso) cuja a origem seja exclusivamente do fabricante dos equipamentos como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet.
  - a. Os documentos deverão ser em original, cópia autenticada ou impressos do site do próprio fabricante e apresentados de forma nítida e legível, em língua portuguesa sem rasuras ou emendas, conforme dispõe o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor;
  - b. Documentos impressos pela *Internet* somente serão considerados válidos, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e deve vir indicando as respectivas URL (Uniform Resource Locator), possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;
  - c. Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação do documento disponibilizado pela licitante, exceto quando referidas modificações tiverem concordância expressa do fabricante;
  - d. No caso de documento com diversos modelos, a proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação;
  - e. Poderá a Comissão Técnica Especial, caso houver necessidade de se constatar a veracidade das informações, fazer consulta direta no site da fabricante.
- II. Declaração de Capacidade de Assistência Técnica**, constante do Apêndice “C” do Termo de Referência.

- 5.2 A análise para avaliação técnica da conformidade e da compatibilidade da documentação com as especificações constantes da Proposta de Preços será efetuada pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Procedimentos Licitatórios, nomeada através da Resolução/Decreto nº 1359, publicada no Diário Oficial de 23/10/2018.





## **6. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

### **6.1 DA GARANTIA**

6.1.1 O prazo de garantia dos equipamentos da presente licitação deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, ou a do fabricante se superior a exigida para os equipamentos, livre de horas de uso, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais, sendo compreendida pela assistência técnica, incluindo mão de obra, reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos de fábrica, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal, prevalecendo, contudo, o prazo constante do certificado de garantia, desde que seja superior ao mínimo exigido.

6.1.2 Durante o prazo de vigência da garantia, constituem-se obrigações da Contratada:

- I. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo o equipamento permanente ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observado a legislação pertinente;
- II. Arcar com os custos de transporte e seguro de transporte, além daqueles relacionados com a manutenção do equipamento;
- III. Prestar assistência técnica permanente e gratuita, que incluirá o atendimento e resolução dos problemas ou defeitos apresentados, seja diretamente ou por intermédio de representante(s) autorizada(s) ou credenciada(s) do fabricante, observando as seguintes condições:
  - a) Caso ocorram mais de 03 (três) chamados para assistência técnica referente ao mesmo problema ou 05 (cinco) chamados referentes a problemas distintos, a Contratada deverá substituir o equipamento defeituoso por equipamento novo, com especificação técnica igual ou superior à constante da proposta;
  - b) O prazo para conserto do equipamento com defeito, durante o período de vigência da garantia, será de no máximo 10 (dez) dias úteis a partir da abertura do chamado técnico, que deverá ser atendido em até 01 (um) dia útil.
  - c) Quando esse prazo de conserto for excedido, ou seja, no 11º (décimo primeiro) dia útil a partir da abertura do chamado técnico, outro equipamento com especificação técnica igual ou superior ao constante na proposta deverá ser fornecido para substituí-lo até sua devolução.
  - d) O equipamento deverá ser substituído definitivamente por outro equipamento novo, com especificação técnica igual ou superior da proposta, se o conserto não for realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- IV. Substituir o equipamento ofertado ou as suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação por equipamento novo e que possua a mesma especificação técnica originalmente proposta.

### **6.2 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

6.2.1 A adjudicatária prestará atendimento com vistas a assegurar a assistência técnica para os equipamentos decorrente da garantia legal para vícios, durante o prazo de garantia do fabricante sem ônus para o CONTRATANTE, valendo-se de assistência autorizada que opera em nome do fabricante.



- I. Assistência técnica será realizada quando o equipamento fornecido apresentar defeito ou problemas técnicos, mediante abertura de chamado técnico, nos dias úteis, no horário compreendido entre as 07:30h e 17:00h.
  - II. O atendimento ao chamado técnico (identificação do problema apresentado), bem como, os procedimentos de manutenção ou retirada do equipamento para assistência técnica e sua posterior devolução, serão realizados nos locais onde estará instalado o equipamento, sem ônus de deslocamento ou hospedagem.
  - III. Prazo Máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro do chamado técnico, para o atendimento e solução do problema apresentado, excluindo-se deste prazo os sábados, domingos e feriados, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa formal acatada pela Administração.
  - IV. A Contratada deverá prestar assistência técnica pelo período de garantia concedido, bem como disponibilização do início do atendimento, sem qualquer ônus para Administração, com indicação de endereços e telefones dos Centros de Atendimento Técnico em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.
- 6.2.2 A Contratada deve possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.
- 6.2.3 Será exigida durante todo o período de garantia do equipamento, a prestação do serviço de assistência técnica "on site" (nas dependências do Contratante), por parte do Compromitente Fornecedor, conforme detalhado no instrumento contratual.
- 6.2.4 O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será exigido de acordo com a Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

## **7. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 7.1. A solicitação dos equipamentos será realizada através da Autorização de Fornecimento (AF), que é documento no qual consta a especificação exatamente licitada, bem como as quantidades a serem entregues.
- 7.2. A Autorização de Fornecimento (AF) será enviada à Contratada via email ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.
- 7.3. A licitante vencedora está vinculada a fornecer estritamente os equipamentos discriminados no Pedido de Licitação, no contrato e na nota de empenho, e, no ato da entrega da mercadoria poderá ser constatado o desacordo com o pedido de licitação, contratado e nota de empenho, o que acarretará a devolução do mesmo.
- 7.4. Os equipamentos deverão ser entregues em parcela única, em até 21 (vinte e um) dias no Patrimônio/Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, sito na Rua Coronel Ponciano, nº 900, bairro Parque dos Jequitibás, na cidade de Dourados-MS, ou em outro local determinado com antecedência pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMS, respeitando obrigatoriamente, a quantidade determinada, sendo os mesmos recebidos pelos integrantes da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias.
- 7.5. As entregas deverão ser feitas no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dourados-MS: de segunda a sexta-feira, no período das 07h30min às 13h30min.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 116  
Prot. E. 441/2020  
Rub. 00

- 7.6. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação da Contratante, sujeitando-se a aplicação das penalidades aplicáveis pelo descumprimento do prazo de entrega.
- 7.7. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal e/ou Fatura), ou seja de acordo com a autorização de fornecimento (AF) dela devendo constar o número do Contrato, o equipamento, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.
- 7.8. Os equipamentos, bem como seus acessórios e componentes exigidos, deverão ser fornecidos novos e dentro das regulamentações e das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, INMETRO, Normas Técnicas do Ministério do Trabalho e demais, sendo que os itens considerados inadequados, de inferior qualidade ou que não atenderem às exigibilidades, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CONTRATANTE, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- 7.9. Os equipamentos entregues deverá observar rigorosamente as características especificadas, sob pena de ser recusado o seu recebimento e acompanhados da seguinte documentação:
- Certificado de Garantia;
  - Manual de Instrução e Uso;
  - Indicação da rede de assistência técnica autorizada.
- 7.10. Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11/09/1990, a apresentação do equipamento deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, prazo de validade e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.
- 7.11. A Contratada será responsável pela instalação, montagem do aparelho/equipamento em local a ser indicado pela Contratante, devendo inclusive, dar treinamento quanto a correta utilização do (s) mesmo (s) a funcionários da Contratante.
- 7.12. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos que porventura sejam entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do edital.
- 7.13. Em caso de irregularidades não sanadas por parte do fornecedor, a Administração, por meio de seu representante legal, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 7.14. Em caso da necessidade de providências não realizadas por parte do fornecedor, os prazos para pagamento poderão ser suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a à aplicação de multa previstas no instrumento de contrato, e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste Processo Licitatório.
- 7.15. Todas as despesas relativas a entrega dos equipamentos ocorrerá por conta da Contratada.
- 7.16. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.



## 8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

- 8.1 Os equipamentos serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, da seguinte forma:
- I. Provisoriamente – após simples conferência das especificações técnicas e demais características exigidas no edital de licitação e definidas na Proposta de Preços e no presente instrumento;
  - II. Definitivamente – após a comprovação do seu perfeito funcionamento, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento provisório.
- 8.2 A aceitação dos equipamentos somente será efetuada após o mesmo ter sido considerado satisfatório pela Comissão de Recebimento designada especialmente para este fim, sendo que a não observância das condições estabelecidas, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou pedido de indenização por parte da inadimplente.
- I. Não será aceito equipamentos divergente quanto marca, o modelo ou a especificação informada na Proposta de Preço da Contratada e no presente instrumento da Contratada;
  - II. Detectando-se alguma anormalidade como defeitos, falhas ou imperfeições no equipamento, estes serão relacionados e entregues a Contratada para adoção das medidas cabíveis afim de sanar os problemas, podendo rejeita-los, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - III. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de Notificação.
    - a. Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e pagamento até sua regularização de forma integral, cujo o prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
  - IV. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição do equipamento que porventura seja entregue com defeito, danificado ou não compatível com as especificações, sem ônus para a Contratante, mantido o preço inicialmente contratado;
  - V. Os equipamentos considerado inadequado, de inferior qualidade ou q não atenderem a exigências, será devolvido e o pagamento ficara suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- 8.3 Os equipamentos serão recebidos mediante apresentação da documentação exigida no subitem “7.9” do presente instrumento e emissão do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Contratante após a entrega total do objeto.
- 8.4 Os equipamentos serão recebidos mediante a apresentação pela Contratada, do Certificado de Garantia e emissão do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Contratante após entrega total do objeto.
- 8.5 A Contratante reserva-se no direito de não aceitar os equipamentos que estiverem em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 118  
Prot. E. 441/2012  
Rub. 42

- 8.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa pela sua perfeita execução do Contrato.
- 8.7 Independente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do equipamento e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado ou no caso de apresentar falha, mesmo que o fato ocorra após o recebimento provisório e/ou definitivo, sob pena de aplicação, pela Contratante, das sanções previstas na Lei nº8666/93.
- 8.8 A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.
- 8.9 Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.
- 8.10 Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, o Contratante, por meio de seu representante, reduzirá a termos os fatos ocorridos e encaminhará a autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 8.11 No caso de inadimplência da Contratada, entrega dos equipamentos com especificações diferentes do ofertado, ou ainda com imperfeições, quantidade inferior a consignado na Nota de Empenho, considerar-se-á como data efetiva da entrega aquela em que o equipamento seja entregue, em características compatíveis com o solicitado.
- 8.12 Em caso de necessidade de providências por parte da Contratada, o prazo para pagamento será suspenso e o fornecimento considerado em atraso, sujeitando-o a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e conforme o caso, as outras sanções estabelecidas na lei e neste Contrato.
- 8.13 Todos os custos referentes ao fornecimento, como transporte, taxas e impostos, despesas com refeições e estadias de funcionários, atendimento fora do horário comercial, despesas necessárias durante a assistência técnica no período de garantia contratado, substituição e eventuais retiradas para assistência técnica do equipamento, reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônico de fábrica e demais despesas necessários para ao perfeito fornecimento contratado, correrão por conta exclusiva da Contratada.
- 8.14 O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Contratada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como no artigo 69 da Lei Federal 8.666/93, e demais exigências legais.
- 8.15 Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1 Estimam-se os gastos com aquisição dos equipamentos, o valor de R\$ 46.386,12 (quarenta e seis mil trezentos e oitenta e seis reais e doze centavos).

## **10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1 As despesas correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária.
- 12.1 - A presente contratação correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:
- 12.00 - Secretaria Municipal de Saúde;
- 12.02 - Fundo Municipal de Saúde;



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 119  
Prot. E. 441/2020  
Rub. 02  
Proc. \_\_\_\_\_

10.301.14– Fortalecimento da Rede de Atenção Básica a Saúde;

1035 – Construção, Ampliação, Reforma, Aquis. Equip, Veículos e Mobília – Rede de Atenção Básica;

44.90.52.00 – Material Permanente.

## **11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **11.1. Constituem obrigações da Contratada:**

- I. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da entrega dos equipamentos;
- II. Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à entrega do objeto da licitação;
- III. Dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na integral solicitação;
- IV. Entregar os equipamentos solicitados de acordo com a descrição.
- V. Executar a entrega através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Município exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o Município por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- VI. Obrigar os funcionários a apresentar-se portando documentos de identificação e com vestimenta adequada;
- VII. Responsabilizar integralmente pela venda dos equipamentos, nos termos da legislação vigente;
- VIII. Realizar a entrega de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidos neste Termo;
- IX. Observar as prescrições emanadas do agente da Administração designado para acompanhar a entrega dos equipamentos;
- X. Ser zeloso na entrega, de maneira a não pôr em risco à saúde dos seus agentes e servidores;
- XI. A adjudicatária deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- XII. A adjudicatária deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;
- XIII. Substituir os equipamentos, às suas expensas, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

### **11.2. Constituem obrigações do Contratante.**

- I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- II. Aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- III. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos equipamentos solicitados;
- IV. Atestar às notas fiscais/faturas correspondentes a entrega dos equipamentos referente ao objeto deste Termo de Referência;
- V. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 120  
Prot. E. 441/2020  
Rub. 63  
Proc. \_\_\_\_\_

- VI. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- VII. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados;
- VIII. Elaborar as Notas de Empenhos e as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades a serem executados;
- IX. Encaminhar os equipamentos, cuja garantia estiver vigente, para manutenção preventiva e corretiva somente a empresas concessionárias do fabricante.
- X. Exercer a fiscalização da entrega dos equipamentos por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- XI. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- XII. Proporcionar a Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega dos equipamentos;
- XIII. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a Contratada entregar fora das especificações do Contrato;
- XIV. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

## **12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

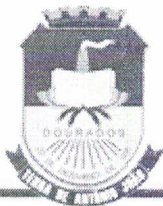
- 12.1 Nos termos do art. 67 Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 12.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1 A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no edital no Contrato e legislações correlatas.

## **14. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 14.1 O presente instrumento terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial e com término em 31 de dezembro de 2020.
- 14.2 Este Contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o artigo 57 a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.



- 14.3 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes a contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.
- 14.4 No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

## 15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será efetuado em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após a entrega e aceite definitivo dos equipamentos, mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente; juntamente com as certidões negativas de débito União, Estado e Município, devendo para isso ficar especificado, o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.
- 15.2. Deverá constar o número do Empenho na Nota Fiscal a ser emitida.
- 15.3. A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:
- I. **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
  - II. **Nota Fiscal** gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não entrega dos itens solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
  - III. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.
- 15.3.1 No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice "A", devidamente assinada pelo responsável e no original.
- 15.3.2 A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento dos serviços e, conseqüentemente da nota fiscal.

## 16. FUNDAMENTO LEGAL

- 16.1. Este termo foi elaborado obedecendo ao disposto nas normas e procedimento administrativos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório vinculando-se ao edital e seus anexos.

## 17. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 17.1. Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pela servidora Nara Katiane Gomes Matoso Silva, matrícula funcional nº 500.789-4, na qual ratifica as informações nele contidas





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 170  
Prot. E. 441/2022  
Rub. 03

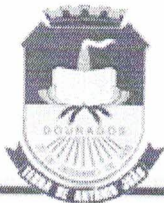
atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.

**Nara Katiane Gomes Matoso Silva**  
*Coordenadora do Núcleo de Compras*

## **18. DA AUTORIZAÇÃO**

- 18.1. Com fundamento no art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente Termo de Referência e as justificativas apresentadas no Apêndice "A" e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.

**Berenice de Oliveira Machado Souza**  
*Secretária Municipal de Saúde*



**APÊNDICE "A"**

**JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO**

A presente aquisição visa a compra de equipamentos hospitalares – Compressores Odontológicos em atendimento Atenção Básica.

Considerando que as aquisições se darão em cumprimento as Portarias Federais nº 4.127 de 30/12/2017 e nº 3.672 de 22/12/2018, recursos que se encontram depositados no Fundo Municipal.

Considerando a urgência e emergência na melhoria da prestação de serviços de Saúde Bucal no Município de Dourados, cuja necessidade de aquisição é fundamental, seja em face da substituição pelo desgaste natural ou pela defasagem tecnológica, seja em face de acréscimo de novos equipamentos em razão do aumento da demanda.

Ademais, é de grande importância o uso de equipamentos odontológicos em condições de perfeito funcionamento e confiáveis, de modo a minimizar riscos de paralisação ou de descontinuidade de atividades, mantendo constante a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Evidentemente, esse contexto reflete em prejuízos ergonômicos, ambientais, financeiros e de qualidade de prestação de serviços odontológicos aos trabalhadores e usuários do SUS no município,

Considerando as justificativas acima mencionadas, é que se faz necessária a referida aquisição.

**Berenice de Oliveira Machado Souza**

*Secretária Municipal de Saúde*





**APÊNDICE "B"**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ART. 4º  
(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012)

**Prefeitura Municipal de Dourados**

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simplex Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

- I. Preenche os seguintes requisitos:
  - a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
  - b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;
- II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 125  
Prot. E. 441/2020  
Rub. Caro  
Proc. \_\_\_\_\_

**APÊNDICE "C"**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**Declaração de Capacidade de Assistência Técnica**

Proponente (Razão Social):	
Inscrição no CNPJ/MF:	Inscrição Estadual:
Endereço:	
Cidade/Estado:	
Telefone/ Fax:	
Nome do Representante Legal da Licitante:	Cargo:
Carteira de Identidade:	CPF:
Pregão Eletrônico:	Processo:
Edital nº ____/2020	nº ____/2020
<b>DECLARAÇÃO (Texto para o caso de a licitante ser revenda)</b>	
<p>Declaramos, sob as penas da lei, que forneceremos o equipamento ..... (<i>indicar o equipamento proposto</i>), cujo fabricante é a empresa ..... (<i>indicar o fabricante do equipamento proposto</i>).</p> <p>Declaramos também que, caso sejamos vencedores do presente certame, apresentaremos a relação dos endereços dos Centros de Assistência Técnica no momento da assinatura do contrato.</p> <p>Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.</p>	
Local/Data:	Assinatura do Representante Legal da Licitante:

**OU**

<b>DECLARAÇÃO (Texto para o caso de a licitante ser fabricante do equipamento)</b>	
<p>Declaramos, sob as penas da lei, que somos fabricantes do equipamento ..... (<i>indicar o equipamento proposto</i>) e que temos a disponibilidade de Centros de Assistência Técnica adequadamente estruturados, para reposição e técnicos para prestarem os serviços de assistência técnica durante todo o período de garantia nas condições especificadas neste edital.</p> <p>Declaramos também que, caso sejamos vencedores do presente certame, apresentaremos a relação dos endereços dos Centros de Assistência Técnica no momento da assinatura do contrato.</p> <p>Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.</p>	
Local/Data:	Assinatura do Representante Legal da Licitante:





**APÊNDICE "D"**

**1. CÓDIGO DO ITEM NO CATMAT/CATSER (COMPRASNET) E INTERVALO MÍNIMO DE LANCE**

MATERIAL/EQUIPAMENTO	CÓDIGO DO COMPRAS (N&A)	UNIDADE COMPRAS (N&A)	UNIDADE CATMAT/CATSER	CÓDIGO CATMAT/CATSER
COMPRESSOR DE AR DE USO ODONTOLÓGICO	55945	UNIDADE	UNIDADE	416014

**2. DO MODO DE DISPUTA E DISPONIBILIDADE DO VALOR**

2.1 Será adotado o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

2.2 o valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação não será sigiloso.

**3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO À ME/EPP/MEI E PREFERENCIA A LOCAIS E REGIONAIS**

3.1. A licitação será exclusiva para Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor, individual, nos termos do art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 341, de 19 de março de 2018.

**Justificativa:** Aplicável.

3.2 Será concedida margem de preferência para MPE sediadas local ou regionalmente a esta licitação, conforme benefício estabelecido no art. 67 da Lei Complementar Municipal nº 331/17 e alterações.

**Justificativa:** Aplicável.